

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS GERAIS --

#### Texto CG4A1

Os trabalhadores atuais estão trocando cargos de liderança por tempo livre. Um estudo realizado por uma plataforma de análise de pessoal e planejamento de força de trabalho mostra que 91% dos profissionais liberais não querem se tornar gestores de pessoas em razão das expectativas de aumento de estresse e pressão ou simplesmente por satisfação com suas funções atuais.

Na pesquisa, que abrange profissionais de diferentes idades, observa-se que a tendência de equilibrar trabalho e qualidade de vida já é uma característica marcante na geração Z.

Uma das mudanças que marcam essa nova geração é a liberdade, tanto no mercado de trabalho quanto na economia. Os jovens de hoje sentem-se mais confortáveis, por exemplo, em deixar o emprego após dois meses de trabalho caso a oportunidade não esteja alinhada com seus gostos pessoais e seus desejos. Também estão mais confortáveis com a economia compartilhada, preferindo alugar carros e imóveis, em vez de comprá-los.

Para Marcelo Neri, professor da FGV Social, a geração Z, que abrange jovens atualmente com idade entre 14 e 29 anos, nasceu no começo da estabilidade econômica brasileira, o que pode justificar essa mentalidade mais ousada e desprezada. “A nova geração não viveu momentos de hiperinflação que eram comuns no país e que terminaram nos anos de 2010, em meio ao auge de economia”, ele afirma.

Atualmente, o Brasil tem 50 milhões de jovens, o que, segundo Neri, corresponde à maior parcela populacional jovem que o país já teve, mas, segundo estudos da FGV, há expectativa de que, até o fim deste século, esse número caia para 25 milhões.

Por outro lado, a geração prateada, cujos integrantes estão hoje com mais de 70 anos, está crescendo no país. Marcelo Neri afirma: “Se olharmos os padrões de vida por idade hoje, veremos que a renda dos idosos é alta em decorrência de aposentadorias, o que promete ser diferente na terceira idade da geração Z. Do jeito como está, o sistema de previdência não será tão positivo e sustentável para eles”.

O professor reforça que a expectativa relacionada à fragilidade do sistema previdenciário estimula ainda mais os jovens profissionais a olharem mais para o empreendedorismo e menos para as organizações e a pensarem mais em investimentos privados que em aposentadoria. Segundo ele, a geração Z é “uma população que buscará fazer a sua própria poupança e que vê na vida empreendedora ou no emprego mais flexível um futuro mais promissor”.

Internet: <exame.com> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CG4A1, julgue os itens que se seguem.

- 1 De acordo com a pesquisa mencionada no início do texto, 91% dos funcionários liberais estão satisfeitos com suas funções atuais de trabalho.

- 2 É plausível inferir que a denominação “geração prateada” (primeiro período do sexto parágrafo) é motivada pela cor natural dos cabelos das pessoas que integram esse grupo.
- 3 Entende-se da leitura do texto que os jovens da geração Z se preocupam com a própria qualidade de vida.
- 4 O texto sugere implicitamente que a geração Z é predominantemente indolente, dada a sua falta de ambição por cargos de gestão.
- 5 As falas de Marcelo Neri presentes no texto evidenciam que, para ele, o modo como os jovens da geração Z lidam com o trabalho pode ter fundamento no contexto brasileiro em que se deram suas experiências de vida.
- 6 Infere-se do texto que, em poucos anos, a economia compartilhada, que se baseia no aluguel, na troca e no compartilhamento de produtos, deve sobrepor-se ao modo de economia atual, baseado na acumulação de bens.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao vocabulário e à estrutura linguística do texto CG4A1.

- 7 A omissão da preposição “de” após “expectativa” (quinto parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 8 A correção do texto seria mantida caso a vírgula empregada após “brasileira” (primeiro período do quarto parágrafo) fosse substituída por ponto final, feito o devido ajuste de letra inicial maiúscula no novo período.
- 9 Estaria preservada a correção gramatical do trecho “91% dos profissionais liberais não querem se tornar gestores de pessoas” (segundo período do primeiro parágrafo) caso ele fosse reescrito da seguinte forma: **91% dos profissionais liberais não almeja cargo de gestão de pessoas**.
- 10 A conjunção “mas” (quinto parágrafo) pode ser substituída no texto por **no entanto**, sem que isso promova incorreção gramatical ou prejudique a coerência das ideias do texto.
- 11 A palavra “já” (segundo parágrafo) é empregada no texto com o sentido de **imediatamente**.
- 12 No trecho “tanto no mercado de trabalho quanto na economia” (primeiro período do terceiro parágrafo), os termos “mercado de trabalho” e “economia” estão ligados por uma relação de comparação.
- 13 A supressão da vírgula empregada imediatamente antes da expressão “por exemplo” (segundo período do terceiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 14 A reescrita do trecho “caso a oportunidade não esteja alinhada com seus gostos pessoais e seus desejos” (segundo período do terceiro parágrafo) como **caso a oportunidade não esteja em consonância com o que apreciam e desejam** manteria a coerência e a correção gramatical do texto.
- 15 A substituição do trecho “com idade entre 14 e 29 anos” (primeiro período do quarto parágrafo) por **na faixa etária de 14 à 29 anos** prejudicaria sua correção gramatical.

- 16 A substituição de “cujos” (primeiro período do sexto parágrafo) por **que os** preservaria a correção gramatical do texto, mas afetaria o seu grau de formalidade.
- 17 Entende-se das relações de sentido construídas no sexto parágrafo que o termo ‘eles’ (último período do sexto parágrafo) se refere aos indivíduos da geração Z que estarão futuramente na terceira idade.
- 18 No último período do texto, o trecho ‘que buscará fazer a sua própria poupança’ é uma oração substantiva que complementa sintaticamente o nome ‘população’.

Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 19 A validade da decisão coordenada decorrente do poder sancionador está condicionada à observância do princípio da concentração das instâncias decisórias.
- 20 A decisão de indeferimento de suspeição alegada em razão de suposta amizade íntima entre a autoridade administrativa responsável pela condução do processo administrativo e algum dos interessados é passível de recurso sem efeito suspensivo.
- 21 A legislação permite que o pronunciamento decisório da administração pública seja fundamentado com base em mera declaração de concordância com fundamentos constantes de parecer técnico e informações administrativas juntadas aos autos.
- 22 Em regra, a administração pública está autorizada a determinar, independentemente de qualquer justificativa específica, a obrigatoriedade de reconhecimento de firma em documentos apresentados pelos interessados em processo administrativo.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.457/1992, que organiza a justiça militar da União, e no Regimento Interno do STM.

- 23 No STM, a oposição de embargos de declaração com intuito manifestamente protelatório suspende o curso do prazo para a interposição de outro recurso, sendo garantida ao embargante, nessa hipótese, a utilização apenas do prazo remanescente.
- 24 O STM possui competência originária para julgar pedido de representação para a decretação de indignidade de oficial ou de sua incompatibilidade para com o oficialato.
- 25 Durante o denominado estado de guerra, todos os julgamentos de competência da justiça militar junto às forças de operação devem ser realizados pelos conselhos de justiça militar, de modo que, na vigência dessa situação, inexistente atuação monocrática do juiz federal da justiça militar.
- 26 Compete ao oficial de justiça avaliador realizar o registro dos pronunciamentos contidos em sentenças e demais decisões dos conselhos de justiça e do juiz federal da justiça militar.
- 27 É possível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas em processo de competência originária do STM.
- 28 O Ministério Público militar, quando não atuar como parte, deve agir como fiscal da ordem jurídica em todos os processos e recursos de competência do STM.

Julgue os seguintes itens, considerando as regras estabelecidas nas Resoluções CNJ n.º 351/2020, n.º 400/2021 e n.º 401/2021.

- 29 As contratações sustentáveis de bens, serviços e obras, no Poder Judiciário, devem incluir, entre outras medidas, a verificação da rastreabilidade de insumos de madeira, a eficiência energética e o nível de emissão de poluentes e ruídos de veículos, máquinas e aparelhos consumidores de energia.
- 30 A adoção do desenho universal é regra obrigatória para a implementação de medidas de acessibilidade, sendo considerada prática ilegítima e injustificada, em qualquer hipótese, a utilização da denominada adaptação razoável.
- 31 Durante a tramitação de procedimento decorrente de notícia de assédio ou discriminação, deve ser suspensa a realização de prática restaurativa que envolva o fato apurado, de modo que não haja ingerência indevida na apuração dos fatos.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

- 32 Considere que um servidor público federal ocupante de cargo em comissão seja designado para exercer, interinamente, as funções de outro cargo de confiança, sem ser dispensado das atribuições do cargo que ocupa. Nessa hipótese, a acumulação de cargos é lícita, devendo o servidor optar por apenas uma das remunerações durante o período da interinidade.
- 33 Na hipótese de recondução decorrente de inabilitação em estágio probatório, caso o cargo anteriormente ocupado no serviço público federal se encontre provido, o servidor reconduzido deverá permanecer afastado, percebendo 50% da remuneração a que faria jus, até que ocorra a vacância do referido cargo.
- 34 De acordo com o STF, é inconstitucional previsão normativa que vede, de modo permanente, o retorno ao serviço público federal do servidor demitido com fundamento na prática de crime contra a administração pública.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

- 35 Aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática de ato de improbidade administrativa submete-se, no que couber, às disposições legais sobre as sanções aplicáveis em decorrência de tais condutas.
- 36 O agente público que percebe vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza pratica ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- 37 Todo cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo à moralidade administrativa.
- 38 Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador se aplicam ao sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.

À luz do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue os seguintes itens.

- 39 Inexistindo previsão legal em sentido diverso, o período de interdição para atividade incompatível com o cargo anteriormente exercido será de doze meses, contados da exoneração.
- 40 É vedado ao servidor da justiça militar da União manter sob sua subordinação hierárquica cônjuge ou parente, em linha reta ou colateral, até o 4.º grau.
- 41 Haja vista a natureza de suas atribuições, os servidores nomeados para o exercício dos cargos em comissão dos níveis CJ-1 a CJ-4 não se submetem às normas constantes do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.
- 42 A fim de atender ao princípio da moralidade da administração pública, os servidores da justiça militar da União devem observar a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a conduta ética e a preservação do patrimônio, da honra e da tradição dos serviços públicos.
- 43 É vedado ao servidor da justiça militar da União aceitar presentes, exceto os oferecidos por autoridades estrangeiras nos casos protocolares em que houver reciprocidade.
- 44 É dever da autoridade investida na justiça militar da União opinar publicamente a respeito do mérito de qualquer questão que lhe seja submetida para decisão individual ou decisão em órgão colegiado.

Julgue os itens subsequentes, considerando as disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

- 45 Das decisões da Comissão de Ética da Justiça Militar da União cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis contados da respectiva decisão.
- 46 O mandato dos membros da Comissão de Ética da Justiça Militar da União é de quatro anos, vedada a sua recondução.
- 47 A Comissão de Ética da Justiça Militar da União poderá aplicar aos servidores pena de censura, cuja fundamentação deverá constar do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência ao servidor responsabilizado pela falta ética.
- 48 A Comissão de Ética da Justiça Militar da União deve ser composta por servidores efetivos e estáveis, designados pelo presidente do STM, que nunca tenham sofrido punição administrativa, civil ou penal.
- 49 Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética da Justiça Militar da União são remunerados, sem prejuízo do registro, na ficha funcional do servidor, da prestação desse relevante serviço público.
- 50 Os procedimentos adotados para verificação da prática de condutas incompatíveis com o Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União devem ter rito sumário e respeitar, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Com relação ao objeto, aos objetivos, às técnicas e ao campo de aplicação da contabilidade, julgue os itens a seguir.

- 51** As partidas dobradas constituem-se em uma das técnicas da ciência contábil.
- 52** Contabilidade pública, contabilidade industrial e contabilidade comercial, que se condensam na denominada contabilidade geral, são formas de aplicação da ciência contábil a diferentes campos da atividade humana.
- 53** Um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações econômico-financeiras que auxiliem seus usuários na tomada de decisões econômicas.

Julgue os itens seguintes, no que se refere ao patrimônio contábil, a seus aspectos qualitativos e quantitativos e a seus componentes.

- 54** Ativo é o recurso econômico presente, de propriedade de uma entidade, resultante de eventos passados e que tem a potencialidade de gerar benefícios econômicos futuros.
- 55** As contas de juros ativos e de juros passivos a transcorrer têm em comum o efeito que provocam no respectivo item patrimonial.
- 56** Uma mudança qualitativa no patrimônio é aquela que modifica a posição patrimonial líquida da entidade.

No que concerne às disponibilidades e às contas a receber, julgue os itens subsequentes.

- 57** Tributos a compensar, desde que com previsão de realização em menos de um ano após o encerramento do balanço social, devem ser inscritos no grupo de contas a receber.
- 58** O saldo de uma caderneta de poupança, desde que prontamente conversível em dinheiro, é um equivalente de caixa.

Julgue os itens a seguir, a respeito do conceito, da classificação e dos critérios de avaliação de estoques.

- 59** Para mensuração do valor do estoque, deve-se utilizar a regra do menor valor dentre o valor de custo e o valor de mercado.
- 60** Em uma revenda de automóveis, um critério adequado de avaliação de um item em estoque é o custo específico desse item.
- 61** As contas de estoque de uma entidade podem ser constituídas tanto por bens prontos destinados à venda como por bens em processo de fabricação ou insumos para a produção.
- 62** Bens obtidos em consignação para uso no processo produtivo ou para venda estão excluídos de qualquer registro em conta de estoques.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada a respeito de crédito realizável a longo prazo, ajuste a valor presente e mensuração do valor justo.

- 63** Um veículo é oferecido por uma concessionária pelo valor de R\$ 260 mil, com desconto de R\$ 40 mil para pagamento à vista. Uma entidade adquiriu esse veículo e, além do desconto pelo pagamento à vista, o gerente da concessionária, por ser amigo do diretor da entidade, concedeu um desconto adicional de 5% sobre o valor de R\$ 260 mil. Nessa situação hipotética, o valor justo da transação foi de R\$ 247 mil, o mesmo valor que será registrado no imobilizado.
- 64** Um bem, com valor presente de R\$ 6 milhões, foi vendido, sem entrada, para ser recebido em 5 anos, sendo aplicada à transação a taxa de juros de 10% ao ano. Nessas condições, os juros totais a serem recebidos pelo vendedor são de R\$ 3 milhões.
- 65** Em 31 de dezembro de determinado ano, uma entidade emitiu uma nota fiscal de venda de um equipamento no valor de R\$ 100 mil; este valor será recebido 13 meses após a transação, sendo aplicada à operação a taxa de juros anual de 10%. Nesse caso, na escrituração do direito representado por essa transação, deverão ser apresentadas duas contas: uma representativa do valor a receber, no montante de R\$ 100 mil, e outra pelo ajuste a valor presente, em valor superior a R\$ 9.000.

Acerca de valor justo e valor presente, julgue os itens que se seguem.

- 66** No cálculo do ajuste a valor justo, pode ser necessário avaliar a condição e a localização do ativo, bem como eventuais restrições quanto a sua venda ou seu uso.
- 67** A técnica utilizada para avaliar o valor justo de uma unidade geradora de caixa deve ser única para todos os seus componentes.
- 68** Para aplicação do procedimento de ajuste a valor presente, a taxa a ser utilizada não deve ser líquida de efeitos fiscais e, sim, antes dos impostos.

No que diz respeito ao tratamento do patrimônio líquido e à elaboração de demonstrações contábeis, julgue os itens seguintes.

- 69** Os custos operacionais serão desconsiderados para efeito de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto.
- 70** As reservas de capital devem ser disponibilizadas sem restrições para a distribuição de lucros entre acionistas.
- 71** A reavaliação de ativos deve ser registrada diretamente na demonstração de resultado do exercício.
- 72** A demonstração das mutações do patrimônio líquido reflete ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de mudanças no valor justo de ativos.

Julgue os itens a seguir, relativos ao conceito e às especificidades do patrimônio líquido nas demonstrações financeiras.

- 73** O aumento de capital mediante subscrição de novas ações deve ser contabilizado como receita operacional.
- 74** A distribuição de dividendos intermediários está condicionada à existência de lucros acumulados ou reservas de lucros.
- 75** Caso uma empresa compre ações de sua própria emissão que estejam sendo comercializadas em bolsa, o registro da compra dessas ações aumentará o valor de seu patrimônio líquido.

Acerca das peculiaridades relativas a registro, mensuração e evidenciação de itens nas demonstrações financeiras, julgue os itens subsequentes.

- 76** A mensuração de provisões para garantias deve considerar a melhor estimativa dos desembolsos futuros necessários para liquidar a obrigação.
- 77** A reclassificação de um financiamento de curto prazo para longo prazo no balanço patrimonial é permitida caso haja refinanciamento antes de o balanço ser autorizado para emissão.

A respeito dos ativos intangíveis, julgue os itens a seguir.

- 78** O valor recuperável de um ativo intangível é o menor entre o valor justo, deduzido o custo de venda, e o valor em uso.
- 79** O custo de pesquisa deve ser capitalizado como ativo intangível.
- 80** O *goodwill* deve ser submetido a teste de *impairment* anualmente.
- 81** Ativos intangíveis com vida útil indefinida não devem ser amortizados, mas submetidos anualmente a testes de *impairment*.
- 82** O *goodwill* é um exemplo de ativo intangível que deve ser amortizado.

No que concerne aos conceitos e às avaliações do passivo exigível, julgue os itens que se seguem.

- 83** Os empréstimos devem ser inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido de custos de transação.
- 84** Provisões devem ser descontadas a valor presente quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for significativo.
- 85** Todas as obrigações advindas de apurações tributárias são classificadas no passivo circulante.

Em relação aos ativos e passivos das entidades do setor público, julgue os itens seguintes.

- 86** O bem transferido para uma entidade do setor público em uma transação sem contraprestação e que contemple alguma restrição de uso, podendo o ente receptor ser responsabilizado *a posteriori* pelo eventual descumprimento dessa restrição, deve ser reconhecido como ativo pelo ente receptor, em contrapartida a uma conta de passivo.
- 87** O principal motivo para a manutenção de ativos no setor público é o potencial de serviços que eles são capazes de proporcionar, e não a capacidade que têm de gerar entradas líquidas de caixa para as entidades que detêm o controle desses ativos.
- 88** O bem cuja mobilização ou alienação estiver sujeita a autorização legislativa deverá ser classificado como ativo permanente no balanço patrimonial.
- 89** As obrigações não legalmente vinculadas não estão sujeitas a reconhecimento contábil como passivos pelas entidades do setor público.
- 90** As aplicações financeiras de liquidez imediata enquadram-se no conceito de equivalente de caixa e devem ser mensuradas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis.

Acerca das variações patrimoniais qualitativas e quantitativas das entidades sujeitas à contabilidade pública, julgue os itens subsequentes.

- 91** O recebimento antecipado de valores por serviços a serem prestados no futuro é um exemplo de variação patrimonial qualitativa.
- 92** A geração natural de um ativo por uma entidade do setor público, independentemente da intervenção de terceiros no processo, deve ser reconhecida contabilmente como uma variação patrimonial aumentativa (VPA).
- 93** Quando houver a concessão de suprimento de fundos a servidores públicos, o registro contábil da variação patrimonial diminutiva (VPD) ocorrerá somente por ocasião da prestação de contas feita pelos agentes supridos.
- 94** As distribuições de recursos aos proprietários de entidades do setor público em consequência do resultado auferido por referidas entidades devem ser reconhecidas contabilmente como variações patrimoniais diminutivas (VPD).

Julgue os itens a seguir, que versam sobre mensuração de ativos e passivos de entidades do setor público.

- 95** O passivo contingente deve ser mensurado pela melhor estimativa do desembolso exigido para a liquidação da obrigação na data das demonstrações contábeis.
- 96** A mensuração inicial do ativo imobilizado adquirido por meio de uma transação sem contraprestação deve ser feita com base no valor justo do referido ativo na data do seu reconhecimento.
- 97** O valor residual é uma variável que provoca a redução do valor líquido contábil de um ativo imobilizado.
- 98** Os gastos subsequentes à aquisição de um ativo imobilizado que venham a ser efetuados com vistas à melhoria do desempenho operacional desse ativo não devem ser incorporados ao seu valor contábil.
- 99** Os gastos destinados à geração interna de ativos intangíveis que venham a ser realizados durante a fase de pesquisa deverão ser reconhecidos contabilmente como ativo, cuja mensuração será feita com base nos custos diretamente atribuíveis ao projeto.
- 100** Para fins de cálculo de eventuais perdas por redução ao valor recuperável de um ativo intangível, o valor justo do referido ativo deve ser deduzido das despesas de venda antes de ser confrontado com o seu valor em uso para fins de determinação do maior montante entre os dois.
- 101** A existência de mercado ativo é uma condição indispensável para que uma entidade do setor público adote o modelo da reavaliação quando da mensuração subsequente dos seus ativos intangíveis.

Com base em princípios e normas de contabilidade sob a perspectiva do setor público, julgue os itens a seguir.

- 102** As receitas de transação sem contraprestação decorrem do recebimento de ativos ou serviços ou da extinção de passivos em que a entidade do setor público entrega, em contrapartida, um valor irrisório ou não entrega qualquer valor em troca.
- 103** Uma das características da contabilidade aplicada às entidades do setor público é a integração das informações orçamentárias e patrimoniais, que são apresentadas aos usuários por meio de uma única demonstração contábil.

Em determinado ente federado, a previsão de arrecadação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) é registrada no mês de janeiro, essa receita é lançada (fato gerador) no mês de março e a arrecadação/recolhimento acontece no mês de junho.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

**104** A realização da receita orçamentária deve ser registrada no mês de junho, no momento da sua arrecadação/recolhimento.

**105** O reconhecimento do crédito deve ser registrado no mês de janeiro, quando for registrada a previsão da receita.

Julgue os próximos itens, relativos ao tratamento contábil das transações no setor público.

**106** Quando a perda por redução ao valor recuperável de um ativo não gerador de caixa for maior que o valor contábil do ativo, este deve ser reduzido a zero com o montante correspondente reconhecido no resultado do período.

**107** Quando o valor justo de um ativo intangível que já tenha sido reavaliado diferir materialmente do seu valor contábil registrado, uma nova reavaliação é exigida.

**108** Os custos incorridos na reinstalação de um item do ativo imobilizado devem ser incluídos no seu valor contábil.

Em relação à execução orçamentária e financeira da receita pública e da despesa pública, julgue os itens que se seguem.

**109** A fase “em liquidação” da despesa orçamentária possibilita a separação da despesa paga da despesa não paga.

**110** O ingresso de disponibilidade é o critério geral utilizado para registro da receita orçamentária.

Julgue os seguintes itens, considerando a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em naturezas da informação contábil, bem como a necessidade de observância das regras de integridade do PCASP.

**111** Um lançamento na conta de ativo (classe 1) pode ter como contrapartida um lançamento na conta de variação patrimonial aumentativa (classe 4).

**112** Um lançamento na conta de passivo (classe 2) pode ter como contrapartida um lançamento na conta de crédito empenhado a liquidar (classe 6).

Em relação às etapas e estágios das receitas públicas e despesas públicas, julgue os itens subsecutivos.

**113** O estágio do empenho da despesa pública consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.

**114** O lançamento da receita pública implica o planejamento e a estimativa da arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária.

receita previsão inicial	R\$ 100 mil
receita previsão atualizada	R\$ 120 mil
receita lançada	R\$ 110 mil
receita realizada	R\$ 90 mil
despesa dotação inicial	R\$ 100 mil
despesa dotação atualizada	R\$ 120 mil
despesa empenhada	R\$ 110 mil
despesa liquidada e paga	R\$ 90 mil

Com base nos dados da tabela precedente, relativa ao planejamento e execução da receita e da despesa orçamentárias de um exercício já encerrado em determinada entidade do setor público, julgue o item a seguir.

**115** O resultado orçamentário do exercício foi deficitário em R\$ 20 mil.

código	conta	saldo devedor (R\$)	saldo credor (R\$)
1111	caixa e equivalente de caixa	24.000	0
1121	créditos tributários a receber	48.000	0
1231	bens móveis	264.000	0
1238	depreciação acumulada	0	7.200
2132	contas a pagar	0	168.000
3323	VPD – serviços PJ	384.000	0
3331	VPD – depreciação	7.200	0
4110	VPA – impostos	0	288.000
4512	VPA – transferências recebidas	0	264.000

Considerando que, ao final do exercício em determinada entidade governamental, o balancete de verificação tenha apresentado as informações da tabela precedente, julgue o próximo item, relativo à demonstração das variações patrimoniais.

**116** O resultado patrimonial do exercício foi nulo.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

**117** No âmbito do governo federal, cabe à Controladoria Geral da União (CGU) a responsabilidade de cadastrar o nome do profissional que será responsável pelo registro da conformidade contábil no SIAFI.

**118** A alteração da forma de acesso de determinada unidade gestora (UG) no SIAFI será efetuada pela Secretaria do Tesouro Nacional, por solicitação do respectivo ministério ou órgão.

Julgue os itens a seguir, em relação ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei n.º 101/2000).

**119** No processo de consolidação das contas públicas, as operações intragovernamentais deverão ser incluídas na elaboração das demonstrações conjuntas.

**120** Em relação aos restos a pagar, é correto afirmar que, na determinação da disponibilidade de caixa nos dois últimos quadrimestres do mandato de titular do Poder, serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

**Espaço livre**